



ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Núcleo de Formalização e Prestação de Contas do FHIDRO

Convênio Nº

Processo nº 2240.01.0001163/2018-53

Unidade Gestora: [\[SEMAD\]](#)

CONVÊNIO DE SAÍDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD, UNIDADE GESTORA E AGENTE EXECUTORA DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHIDRO, E O MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA, COM A INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, PARA OS FINS NELE ESPECIFICADOS

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, unidade gestora e agente executora do FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHIDRO, sediada na Rodovia João Paulo II, nº 4143, 2º andar, Prédio Minas, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG, CEP 31630-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.957.404/0001-78, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado, **Germano Luiz Gomes Vieira**, advogado, portador de CI M9274686 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o número 051.529.976-65, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na Rua João Ribeiro, 198 – Aptº 701 – Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG, CEP 31630-900, nomeado por ato do Governador do Estado de Minas Gerais, publicado no dia 22 de novembro de 2017 no Diário Oficial de Minas Gerais, doravante nominado **CONCEDENTE**; e o **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA**, sediada na Av. Antônio Esteves Ribeiro, 340 - Centro – Dona Euzébia/MG, CEP 36784-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.706.656/0001-27, adiante denominado apenas **CONVENIENTE**, representado por seu Prefeito Municipal, **Manoel Franklin Rodrigues**, brasileiro, residente na Rua Pedro Ferreira Borges, 31 - 2º Andar, Dona Euzébia/MG, CEP: 36784-000, portador da CI nº M6750928 - SSP/MG, e do CPF nº 600.763.647-04, com a interveniência do INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, autarquia criada pela Lei Estadual nº 12.584, de 17 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.343/2018 e Lei Estadual 21.972/2016, inscrita no CNPJ sob o nº 17.387.481/0001-32, com sede à Rodovia João Paulo II, 4143 - 2º andar – Prédio Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG, CEP 31630-900, doravante denominado **INTERVENIENTE**, neste ato representado por sua Diretora Geral, **Marília Carvalho de Melo**, portadora da Carteira de Identidade nº MG-7.051.190, expedida pela SSP-MG, inscrita no CPF sob o nº 038.626.426-07, domiciliada na Rua Gonçalves Dias, 916 apto 601 – Funcionários, Belo Horizonte - MG, CEP 30140-091, nomeada por ato do Governador do Estado de Minas Gerais, publicado em 28/10/2017, **RESOLVEM**, com base na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Estadual nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, na Lei Anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Estadual nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, no Decreto Estadual nº 44.314, de 07 de junho de 2006, no Decreto Estadual nº 45.230, de 03 de dezembro de 2009, no Decreto Estadual nº 46.319, de 26 de outubro de 2013, na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG nº 03/2013, na Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 e na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.162, de 29 de junho de 2010, celebrar o presente **CONVÊNIO DE SAÍDA**, mediante as seguintes cláusulas e condições, previamente entendidas e expressamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONVÊNIO DE SAÍDA a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a realização do Projeto de Elaboração de Estudos de Concepção e Projetos Básico e Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário da Área Urbana do Município de Dona Euzébia/MG – Proj. FHIDRO nº 437, conforme Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo CONCEDENTE e parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, na condição de seu anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

Constitui finalidade do presente CONVÊNIO DE SAÍDA elaborar estudos e projetos que visem levantar e conhecer as deficiências e demandas do Sistema de Esgotamento Sanitário da área urbana do CONVENIENTE, possibilitando a escolha de alternativa viável que, após implantada, proporcionará o saneamento ambiental com melhoria da qualidade dos recursos hídricos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

I – Compete ao CONCEDENTE:

- publicar o extrato do CONVÊNIO DE SAÍDA e de seus aditivos, no Diário Oficial do Estado, no prazo e na forma legal, para que o instrumento produza seus efeitos legais e jurídicos;
- dar ciência da assinatura deste CONVÊNIO DE SAÍDA ao Poder Legislativo do CONVENIENTE, conforme art. 116, §2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 33 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e art. 26 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;
- repassar ao CONVENIENTE os recursos financeiros necessários à execução do objeto previsto na Cláusula Primeira deste CONVÊNIO DE SAÍDA, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Anexo I e conforme a Cláusula Quarta, exceto nos casos previstos no §3º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 42 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;

d) analisar as propostas de alterações apresentadas pelo CONVENENTE, inclusive no tocante ao PLANO DE TRABALHO, em conjunto com o IGAM, e realizar eventuais ajustes necessários à aprovação, desde que tais alterações sejam permitidas em lei e que não impliquem modificação do objeto ou do núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA;

e) prorrogar de ofício a vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, no caso de atraso na liberação dos recursos ocasionado pelo CONCEDENTE, limitada ao período verificado ou previsão estimada de atraso, conforme Cláusula Nona, Subcláusula Terceira, bem como adequar, se for o caso, a duração das etapas considerando a nova vigência.

f) acompanhar e fiscalizar a execução deste CONVÊNIO DE SAÍDA, consoante §3º, inciso I, do art. 67 e art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, Capítulo V, Seção II, do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;

g) receber e analisar, técnica e financeiramente, as prestações de contas apresentadas pelo CONVENENTE, aprová-las, com ou sem ressalvas, ou reprová-las, mantê-las em arquivo, devidamente autuadas, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, para futuras ou eventuais inspeções;

h) instaurar a tomada de contas especial quando caracterizado pelo menos um dos fatos ensejadores previstos na Instrução Normativa do TCEMG nº 03/2013 e depois de esgotadas as medidas administrativas internas;

i) reservar espaço em seus veículos de informação para a divulgação de matérias relacionadas às atividades previstas neste CONVÊNIO DE SAÍDA;

j) aprovar os relatórios parciais e o relatório final de execução das fases e metas do CONVÊNIO DE SAÍDA;

k) repassar ao CONVENENTE todo e qualquer tipo de informação necessária ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao cumprimento do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA.

II – Compete ao CONVENENTE:

a) depositar o valor integral da contrapartida financeira, de acordo com o cronograma de desembolso constante do PLANO DE TRABALHO, e conforme Cláusula Quarta, Subcláusula Quinta;

b) responsabilizar-se pela cobertura dos custos que eventualmente excederem o valor constante da Cláusula Quarta;

c) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta depositados na conta bancária específica do CONVÊNIO DE SAÍDA, cuja abertura deve se dar em Banco Oficial nos termos do art. 9º da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;

d) manter aplicados os recursos, enquanto não utilizados, nos termos do § 4º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e do § 1º do art. 38 do Decreto Estadual nº 46.319/2013;

e) observar que as receitas auferidas decorrentes da aplicação dos recursos serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo ser aplicadas, exclusivamente, em seu objeto, observado o § 3º do art. 38 do Decreto Estadual nº 46.319/2013;

f) manter atualizados o correio eletrônico, o telefone de contato e o endereço, inclusive o residencial de seu representante legal, no Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC;

g) informar ao CONCEDENTE qualquer alteração na equipe executora do CONVÊNIO DE SAÍDA, a qual também será responsável por prestar informações sobre o instrumento e sua execução;

h) executar e monitorar, diretamente ou por terceiros, os serviços objetos deste CONVÊNIO DE SAÍDA, em conformidade com seu Plano de Trabalho e observada a legislação pertinente, em especial a Lei Federal nº 8.666/1993 e dispositivos relativos à segurança, higiene e medicina do trabalho;

i) efetuar os pagamentos aos contratados e fornecedores por meio de cheque nominal, ordem bancária ou, preferencialmente, transferência eletrônica disponível, em que fiquem identificados sua destinação e o credor, vedado qualquer pagamento em espécie, respeitadas as vedações impostas pela RESOLUÇÃO SEGOV/SECRI/AGE Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2018;

j) não realizar despesas anteriores ou posteriores ao prazo de vigência do presente CONVÊNIO DE SAÍDA ou em outras situações vedadas, observados os arts. 35, 35-A e 36 do Decreto Estadual nº 46.319/2013, sob pena de glosa de despesas e/ou reprovação da prestação de contas;

k) apresentar ao CONCEDENTE relatórios de monitoramento bimestralmente, sobre a execução do presente CONVÊNIO DE SAÍDA, bem como prestar informações sobre a execução sempre que solicitado pelo CONCEDENTE ou órgãos fiscalizadores, tudo na forma prevista pelo art. 36 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;

l) identificar eventuais necessidades de alteração do CONVÊNIO DE SAÍDA e apresentá-las previamente ao CONCEDENTE, observada a Cláusula Nona, Subcláusula Primeira, deste instrumento;

m) facilitar o acesso de servidores ou parceiros do CONCEDENTE, quando em missão de fiscalização ou auditoria, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA, conforme Cláusula Sexta, Subcláusula Segunda;

n) divulgar o convênio para a comunidade beneficiada, inserindo, por meio de placas, adesivos ou pintura, o nome e logomarca oficial do Governo de Minas Gerais nas peças de divulgação institucional e na identificação dos serviços objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, de acordo com o padrão do Manual de Identidade Visual, disponível no site eletrônico da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV – www.governo.mg.gov.br, respeitadas as vedações impostas pela RESOLUÇÃO SEGOV/SECRI/AGE Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2018;

o) divulgar o CONVÊNIO DE SAÍDA em site eletrônico próprio e em quadros de avisos de amplo acesso público, observada as determinações da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012;

p) manter sigilo acerca das informações a que tenha acesso em virtude do presente CONVÊNIO DE SAÍDA, ainda que após o término da vigência, salvo quando expressamente autorizado pelo CONCEDENTE em virtude de legislação específica;

q) prestar contas, parcial ou final, dos recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, inclusive da contrapartida, nos moldes e prazos previstos na Cláusula Sétima, no Capítulo VII do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e no Capítulo VII da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, observada a documentação específica para o tipo de objeto do presente instrumento;

r) devolver ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, na proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, os saldos em conta corrente e de aplicação financeira, por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, até 30 (trinta) dias após o término da vigência ou da rescisão do CONVÊNIO DE SAÍDA;

s) responsabilizar-se pelo recolhimento aos órgãos competentes de todos os impostos, taxas, encargos, tributos sociais, trabalhistas e previdenciários, e comprová-lo na prestação de contas, eximindo o CONCEDENTE da responsabilidade solidária, bem como da responsabilidade técnica, civil e criminal decorrentes da execução de obras e serviços;

- t) responder, diretamente, por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária intentada contra o CONCEDENTE oriunda de qualquer membro da equipe do CONVENENTE, seja de seu pessoal próprio ou por este contratado;
- u) assumir, exclusivamente, a responsabilidade técnica e civil decorrente do projeto objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA;
- v) incluir os recursos financeiros recebidos do CONCEDENTE no orçamento municipal, classificando-os na dotação orçamentária específica, de acordo com o objeto do presente CONVÊNIO DE SAÍDA;
- w) promover o competente processo licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para contratação de execução do serviço objeto do presente instrumento, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 10.520/2002, em tempo hábil, observada a vigência do convênio;
- x) indicar 01 (um) coordenador formalmente responsável pelo acompanhamento do convênio.
- z) não permitir que constem, em nenhum dos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, bem como veiculação de publicidade ou propaganda, cumprindo assim o que determina o § 1º do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e o art. 37 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

III – Compete ao INTERVENIENTE:

- a) prestar apoio técnico e administrativo à Coordenação do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO;
- b) analisar, em conjunto com o CONCEDENTE, as propostas de alterações apresentadas pelo CONVENENTE, inclusive no tocante ao PLANO DE TRABALHO e realizar eventuais ajustes necessários à aprovação, desde que tais alterações sejam permitidas em lei e que não impliquem modificação do objeto ou do núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA;
- c) não assumir qualquer ação relativa ao objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA de responsabilidade do CONVENENTE;
- d) mencionar expressamente o CONCEDENTE e o CONVENENTE em ações de publicidade relacionadas ao objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, conforme especificações definidas pelo primeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA serão alocados recursos no valor total de R\$ 171.574,22 (cento e setenta e um mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos), assim discriminado:

- a) R\$ 154.416,80 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta centavos) a título de repasse do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO;
- b) R\$ 17.157,42 (dezessete mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) a título de contrapartida financeira do CONVENENTE, correspondente ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor total do CONVÊNIO DE SAÍDA, conforme previsto no art. 6º-A da Lei Estadual nº 15.910/2005.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Os recursos a serem repassados pelos partícipes, inclusive os relativos à contrapartida financeira, serão depositados na conta bancária nº 0108.006.71027-6, agência nº 0108-2, da Caixa Econômica Federal, no Município de Cataguases, vinculada ao CONVÊNIO DE SAÍDA, indicada pelo CONVENENTE na Caracterização da Proposta do Plano de Trabalho, no número de parcelas previstas no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A liberação de recursos pelo CONCEDENTE ocorrerá mediante a observação do Cronograma de Desembolso e da legislação eleitoral, bem como a verificação da efetiva disponibilidade financeira e da adimplência e regularidade do CONVENENTE, conforme art. 35 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Havendo mais de uma liberação, a comprovação de que os recursos anteriormente repassados foram rigorosamente aplicados no objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA deverá ocorrer como condição para liberação das parcelas subsequentes, conforme disposto nos arts. 39 e 40 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e nos arts. 33 e 34 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, não isentando o CONVENENTE da obrigação de efetuar a prestação de contas final, após o término da execução do objeto, no mesmo prazo e condições estipuladas na Cláusula Sétima.

SUBCLÁUSULA QUARTA: A contrapartida financeira será depositada, nos termos da Subcláusula Primeira, até o final do mês subsequente ao recebimento da primeira parcela ou da parcela única de recursos repassados pelo CONCEDENTE, em observância ao art. 31 da Resolução Conjunta SEGOV/SEMAD nº 004/2015. Caso o depósito ocorra em data posterior ao prazo definido nesta Cláusula, o valor da contrapartida financeira será atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a partir da data do recebimento dos recursos, nos termos do §3º do art. 60 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Havendo diferença a maior em relação ao valor indicado no caput desta cláusula e o efetivamente necessário à execução do objeto deste CONVÊNIO DE SAÍDA, a contrapartida deverá ser complementada até ao valor da diferença apurada para a execução do objeto conveniado, ficando assim sob a responsabilidade exclusiva do CONVENENTE, que a comprovará na prestação de contas, nos termos da Cláusula Sétima.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Os recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas neste instrumento e no Plano de Trabalho, devendo a movimentação financeira ser realizada conforme subitem “i”, item II, da Cláusula Terceira, observadas as vedações do art. 35 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e as exigências dos arts. 44 a 47 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros a serem repassados pelo CONCEDENTE correrão à conta da dotação orçamentária nº 4341.18.544.120.4362.0001.33.40.41.01 - 31.1.0, consignada no Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o presente exercício.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Os recursos relativos à contrapartida financeira correrão à conta da dotação orçamentária nº 339039.02.005.15.451.012.2.0032 – Política Municipal de Infra-estrutura e serviços urbanos, do orçamento do CONVENENTE, consignada para o presente exercício.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Os recursos necessários ao atendimento das despesas a serem realizadas em exercícios futuros estão previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Para o exercício subsequente, a classificação da despesa será indicada por meio de apostilamento, observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O CONVENENTE apresentará ao CONCEDENTE, até o décimo dia do mês subsequente ao primeiro bimestre de vigência, relatório de monitoramento do CONVÊNIO DE SAÍDA para demonstrar o cumprimento do cronograma e das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, conforme regras definidas no art. 36 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O CONCEDENTE deverá orientar, acompanhar e fiscalizar a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA, analisando os relatórios de monitoramento e as prestações de contas parciais e efetuando vistorias conforme arts. 39 a 42 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, com vistas a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e a suspender a liberação quando verificadas impropriedades, bem como notificar o CONVENENTE para apresentação de justificativa ou saneamento de irregularidades.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Os servidores do CONCEDENTE, seus parceiros e representantes do sistema de controle interno estadual terão acesso, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: O CONCEDENTE poderá assumir a responsabilidade sobre a execução do CONVÊNIO DE SAÍDA para evitar a descontinuidade de seu objeto, no caso de paralisação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE apresentará ao CONCEDENTE prestação de contas:

a) **PARCIAL:** Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, sendo que a liberação da terceira e seguintes ficará condicionada à apresentação e/ou aprovação das contas referentes às parcelas anteriores, nos termos dos arts. 39, 40 e 41 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e arts. 33 e 34 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;

b) **FINAL:** até 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, em conformidade com os arts. 54 a 64 do Decreto Estadual nº 46.319/2013, com o Decreto Estadual nº 46.830, de 14 de setembro de 2015, e com os arts. 55 a 66 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, atendendo às instruções do CONCEDENTE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Quando a liberação de recursos ocorrer em até duas parcelas, a apresentação da prestação de contas se dará ao final da vigência do instrumento, abrangendo as parcelas liberadas. Contudo, a liberação da segunda parcela ficará condicionada à comprovação, pelo CONVENENTE, do cumprimento da contrapartida pactuada e da apresentação de relatório de monitoramento das metas do convênio de saída, nos termos do art. 39 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e do art. 33 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: As prestações de contas serão constituídas pela documentação listada nos arts. 55 a 58 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015 e serão encaminhadas ao CONCEDENTE por meio eletrônico, observados os Decretos Estaduais nº 47.222/17 e 47.228/17.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: As despesas serão comprovadas mediante documentos originais, em primeira via ou documento equivalente, devendo o CONVENENTE encaminhar, ao(a) CONCEDENTE, por meio eletrônico, salvo comprovada impossibilidade, cópias de faturas, recibos, notas fiscais e outros documentos comprobatórios emitidos em nome do(a) CONVENENTE, com referência ao nome do CONCEDENTE e ao número do CONVÊNIO DE SAÍDA, observados o art. 55 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e o art. 46 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Não serão aceitos documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Cabe ao CONCEDENTE promover a conferência da documentação apresentada, adotar as medidas administrativas internas, notificar o CONVENENTE para saneamento das irregularidades e eventual devolução de recursos e emitir pareceres técnico e financeiro, aprovando, com ou sem ressalvas, ou reprovando a prestação de contas, bem como promover o arquivamento dos processos, que ficarão à disposição dos órgãos fiscalizadores.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Se verificadas, a qualquer tempo, omissão no dever de prestar contas parcial ou impropriedades na execução do CONVÊNIO DE SAÍDA vigente, o CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos e notificará o CONVENENTE, fixando o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do CONCEDENTE, para apresentação de justificativa ou saneamento das irregularidades, sob pena de rescisão unilateral e instauração de tomada de contas especial e demais medidas cabíveis.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Constatadas quaisquer irregularidades após a análise da prestação de contas final, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE, fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento da notificação, para saneamento das irregularidades ou devolução dos recursos, atualizados nos termos do art. 60 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, sob pena de inscrição no Sistema Integrado da Administração Financeira – SIAFI/MG.

SUBCLÁUSULA OITAVA: A não apresentação da prestação de contas final no prazo determinado ou a reprovação da prestação de contas, em sede de Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário decorrente de dano ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias – PACE – Parcerias – observados o Decreto Estadual nº 46.830/2015, o §9º do art. 61 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e os arts. 62 e 63 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, determinará as seguintes providências, por parte do CONCEDENTE:

- a) registrar a inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG, se não tiver sido registrada anteriormente;
- b) inscrever o responsável pela causa da não aprovação da prestação de contas ou por sua omissão em conta de controle “Diversos Responsáveis em Apuração” no valor correspondente ao dano;
- c) baixar o registro contábil da parceria;
- d) encaminhar os autos à autoridade administrativa competente para instrução de tomada de contas especial; e
- e) o encaminhamento da cópia dos autos à Advocacia-Geral do Estado – AGE, na hipótese de ressarcimento ao erário, para as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, computando-se, neste prazo, o previsto para a execução do objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, podendo a vigência ser prorrogada observado o procedimento constante da Cláusula Nona.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

O presente instrumento e seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, mediante proposta de alteração de qualquer uma das partes e celebração de termo aditivo, sendo vedada a alteração que resulte na modificação do núcleo da finalidade do CONVÊNIO DE SAÍDA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A proposta de alteração deverá ser registrada pelo CONVENIENTE no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON-MG – Módulo Saída **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias do término da vigência**, levando-se em conta o tempo necessário para análises e decisão do CONCEDENTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A proposta de alteração deverá ser formalizada e justificada, bem como observar os requisitos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos arts. 51 a 53 do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e nos arts. 48 a 54 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: O CONCEDENTE prorrogará de ofício a vigência do CONVÊNIO DE SAÍDA, mediante justificativa formalizada no SIGCON-MG – Módulo Saída, nos casos de atraso na liberação de recursos ou na execução, limitada a prorrogação ao exato período verificado ou previsão estimada de atraso.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Quando a proposta de alteração para ampliação do objeto for apresentada após a conclusão de sua execução, nos termos do §2º do art. 53 do Decreto Estadual nº 46.319/2013, o aditamento estará limitado ao valor da economia alcançada, vedada a adição de novos recursos financeiros.

SUBCLÁUSULA QUINTA: A alteração do CONVÊNIO DE SAÍDA relacionada exclusivamente à dotação orçamentária, aos membros da equipe executora, à conta bancária específica, à duração das etapas e à adequação do demonstrativo de recursos, não poderá acarretar a modificação da data de término da vigência, do valor, do objeto e do núcleo da finalidade, dispensando a formalização de termo aditivo, sendo necessário o registro no SIGCON-MG – Módulo Saída.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Os partícipes poderão, a qualquer tempo, denunciar ou rescindir este CONVÊNIO DE SAÍDA, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui motivo para rescisão unilateral a critério do CONCEDENTE, observado o art. 66 do Decreto Estadual nº 46.319/2013, as seguintes situações:

- a) a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção insanável de informação em documento apresentado ao CAGEC ou na celebração do CONVÊNIO DE SAÍDA;
- b) a inadimplência pelo CONVENIENTE de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) o não cumprimento das metas fixadas ou a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, sem prévia autorização do CONCEDENTE, ainda que em caráter de emergência;
- d) a aplicação financeira dos recursos em desacordo com o disposto no art. 38 do Decreto estadual nº 46.319/2013;
- e) a falta de apresentação de contas, nos prazos estabelecidos, ou a não aprovação da prestação de contas parcial;
- f) a verificação de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificado pelo CONCEDENTE;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Em qualquer das hipóteses de denúncia ou rescisão, ficam os partícipes vinculados às responsabilidades, inclusive de prestar contas, relativas ao prazo em que tenham participado do CONVÊNIO DE SAÍDA.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser devolvidos aos partícipes, observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, independentemente da data em que foram aportados pelas partes, observado o §6º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA QUARTA: O INTERVENIENTE poderá se retirar do convênio, a qualquer tempo, mediante notificação prévia às partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não remanesça, obrigações a seu cargo, permanecendo vinculado às responsabilidades relativas ao prazo em que tenha participado do CONVÊNIO DE SAÍDA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE DOS BENS E DO DIREITO AUTORAL

Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio destinam-se ao uso exclusivo do CONCEDENTE, para atendimento à comunidade e pessoas beneficiadas, sendo vedada a sua utilização para uso pessoal a qualquer título.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do convênio incorporam-se automaticamente ao patrimônio do CONCEDENTE, após a aprovação da prestação de contas final, devendo ser incluídos em sua carga patrimonial, com identificação patrimonial dos bens permanentes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: O Estado de Minas Gerais será considerado coautor do programa, projeto ou atividade objeto do CONVÊNIO DE SAÍDA, para fins de definição dos direitos autorais, de imagem e da propriedade, inclusive intelectual, dos dados gerados e dos produtos desenvolvidos na execução do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Para eficácia deste instrumento, o CONCEDENTE providenciará a publicação de seu extrato no Órgão Oficial de Minas Gerais, em consonância com as normas estatuídas no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 30 do Decreto Estadual nº 46.319/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir qualquer questão decorrente deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte – MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Sendo o CONVENIENTE Administração Pública Municipal, as causas e conflitos serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais, nos termos da alínea “j”, do inciso I, do art. 106 da Constituição Estadual.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente termo aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

Belo Horizonte, de de 2018.

Manoel Franklin Rodrigues

Prefeito Municipal de Dona Euzébia

Marília Carvalho de Melo

Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

Germano Luiz Gomes Vieira

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD

Testemunhas:

Nome: Marcelo Augusto Oliveira de Miranda

CPF: 102.967.346-24

End.: Rua Padre Cyr Assunção, nº 136, Bairro Primeiro de Maio, BH/MG, CEP: 31810-600

Nome: Léa Claudia Rodrigues da Luz

CPF: 034.226.976-32

End.: Rua Um, nº 24, apto 02, Bairro Vila Clóris, BH/MG, CEP: 31720-227



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Amaral Brant Machado, Diretor**, em 06/07/2018, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Oliveira de Miranda, Servidor(a) Público(a)**, em 06/07/2018, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lea Claudia Rodrigues da Luz, Servidora**, em 06/07/2018, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Franklin Rodrigues, Prefeito Municipal**, em 06/07/2018, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Superintendente**, em 06/07/2018, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Carvalho de Melo, Diretor(a) Geral**, em 06/07/2018, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germano Luiz Gomes Vieira, Secretário**, em 06/07/2018, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1137044** e o código CRC **FA824DC8**.



ANEXOS AO CONVÊNIO

PLANO DE TRABALHO

ANEXO I				
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS				Espaço reservado Nº do Convênio:
1 - RAZÃO SOCIAL DO CONCEDENTE SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL				2 - CNPJ 00.957.404/0001-78
3 - GESTOR DO CONCEDENTE LUIZ GUSTAVO DE REZENDE RAGGI				4-MASP/MATRICULA 11481819
I - IDENTIFICAÇÃO DO CONVENIENTE				
1 - RAZÃO SOCIAL MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA				2 - CNPJ 17706656/0001-27
3 - ENDEREÇO SEDE (Av., Rua, nº, Bairro) AV ANTONIO ESTEVES RIBEIRO, 340 - CENTRO				
4 - CIDADE DONA EUZEBIA	5 - CEP 36784-000	6 - DDD/TELEFONE (32)3453-1714	7 -E-MAIL gabinete.donauezebia@gmail.com	
8-CONTACORRENTE/DV 0108.006.71027-6		9 - BANCO: 104-CAIXA ECONOMICA FEDERAL	10- AGÊNCIA 0108	11 - PRAÇA DE PAGAMENTO CATAGUASES - MG
12 - NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL MANOEL FRANKLIN RODRIGUES			13 - CPF 600.763.647-04	
14 - CL./ÓRGÃO EXPEDIDOR: M6750928/SSP/MG		15 - CARGO PREFEITO		16 - DATA VENC. MANDATO 31/12/2020
17 - ENDEREÇO RESIDENCIAL RUA PEDRO FERREIRA BORGES, 31 - 2 ANDAR			18 - CEP 36784-000	
19 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ERNANE RODRIGO THEZA				20 - Nº CREA 82.976/D
21 - ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail) ernanetheza@gmail.com			22 - REGIONAL DO ÓRGÃO MINAS GERAIS-	
23 - REPASSE DE CARACTERIZAÇÃO ESPECIAL (Calamidade Pública, Educação, Saúde, Assistência Social)				

Não.							
24 – GESTOR DO CONVENIENTE MANOEL FRANKLIN RODRIGUES						25 - CPF 600.763.647-04	
II – INTERVENIENTE							
NOME Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM						2 – CNPJ 17.387.481/0001-32	
3 – ENDEREÇO Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas - 1º andar				4 – BAIRRO / CIDADE Serra Verde / Belo Horizonte / MG			
				5 – CEP: 31630-900			
6 - NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL Marília Carvalho de Melo				7 - IDENTIDADE MG-7.051.190		8 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP-MG	
9 – CPF:038.626.426-07				10 – CARGO: Diretora Geral			

III – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 - PROGRAMA / TÍTULO DA OBRA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE DONA EUZEBIA - MG		
2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL EDITAL SEMAD/IGAM Nº 01/2013 A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD E O INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Orçamentária Anual do Estado, Decreto Estadual nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, com suas alterações posteriores, tornam público o presente Edital e convidam os beneficiários listados no art. 4º, inciso I, do Decreto Estadual nº 44.314, de 07 de junho de 2006 c/c art. 4º, da Lei Estadual nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, a apresentarem programas e projetos ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, nos termos aqui estabelecidos, para a obtenção de recursos na modalidade não reembolsável, destinados ao desenvolvimento de atividades exclusivamente direcionadas aos objetivos e termos deste Edital, conforme disposto no art. 5º, inciso II da Lei Estadual nº 15.910/2005, e suas alterações posteriores. Cumprimento à Lei Federal nº 11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010.		
3 – TIPO DE ATENDIMENTO () Proteção e Conservação da Biodiversidade; () Proteção à Fauna e à Flora; () Proteção e/ou Recuperação de Nascentes; () Prevenção e Combate a Incêndios Florestais; () Recuperação de Áreas Degradadas;	4 - PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
	JUL/2018	JUL/2019

<input type="checkbox"/> Reflorestamento; <input type="checkbox"/> Programa de Educação Ambiental; <input type="checkbox"/> Gestão de Recursos Hídricos; <input type="checkbox"/> Preservação da Quantidade e da Qualidade das Águas; <input type="checkbox"/> Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos; <input type="checkbox"/> Prevenção do Meio Ambiente (Poluição) / Qualidade do Ar; <input type="checkbox"/> Prevenção do Meio Ambiente / Degradação Ambiental; <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de Projetos de Preservação do Meio Ambiente; <input type="checkbox"/> Capacitação/Cursos para Manutenção e Recuperação Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Saneamento Ambiental.		
--	--	--

5 – Objetivos

Objetivo geral

Elaboração do plano de saneamento Básico do Município de Dona Euzébia-mg.

Objetivos específicos

Com o resultado esperado, tem-se a consolidação de um documento oficial, o plano municipal de saneamento básico, que será fundamental para o desenvolvimento da qualidade sanitária e ambiental de todo município, relacionando-o aos quatro eixos do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes:

- formar grupos de trabalho;
- implementar plano de mobilização social;
- elaborar diagnostico técnico – participativo;
- promover prospectiva e planejamento estratégico;
- propor programas, projetos e ações;
- elaborar plano de execução;
- definir procedimento para avaliação da execução do plano municipal de saneamento básico;
- produzir relatório final do plano municipal de saneamento básico.

6 - justificativa

Com a elaboração do plano municipal de saneamento básico de dona Euzébia-mg estaremos promovendo o desenvolvimento na qualidade sanitária e ambiental de todo o município, beneficiando a toda população, ou seja, aproximadamente 6.300 habitantes. Espera-se como resultado o plano elaborado, com consequente otimização das infraestruturas existentes e expansão dos sistemas sanitários, trazendo melhorias na qualidade de vida de toda a população sede e distritos, não somente da presente geração como das futuras.

--	--	--	--

7 - PESSOAS BENEFICIADAS

QUANTIDADE

Aproximadamente 6.527 – Estimada em 2017

8 - EMENDA PARLAMENTAR

PARLAMENTAR

Nº DA EMENDA

VALOR DA EMENDA

IV – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase e Estimativa de Custo - R\$)										
	Indicador Físico		Duração (m/aa)		Classificação Orçamentária		Valores			
	Unidade	Qtd.	Início	Término	Código	Descrição	Concedente	Conveniente	Total	Modalidade Contrapartida
META 1 - FORMAR GRUPOS DE TRABALHO							R\$ 1.926,90	R\$ 214,10	R\$ 2.141,00	F
Etapa 1 - Formar Comitê de Coordenação	Publicação	2	JUL/2018	OUT/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 396,61	R\$ 44,07	R\$ 440,68	F
			JUL/2018	OUT/18	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 566,84	R\$ 62,98	R\$ 629,82	F
Etapa 2 - Formar Comitê de Execução			JUL/2018	OUT/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 396,61	R\$ 44,07	R\$ 440,68	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 566,84	R\$ 62,98	R\$ 629,82	F
META 2 - IMPLEMENTAR PLANO DE MOBILIZAÇÃO							R\$ 25.651,79	R\$ 2.850,20	R\$ 28.501,99	F
Etapa 1 - Identificar os Setores de Mobilização para realização das reuniões públicas	Relatório do Plano de Mobilização Implementado	1	JUL/2018	OUT/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 396,61	R\$ 44,07	R\$ 440,68	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 439,31	R\$ 48,81	R\$ 488,12	F
JUL/2018			OUT/18	339032	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R\$ 1.388,13	R\$ 154,24	R\$ 1.542,37	F	
				339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 396,61	R\$ 44,07	R\$ 440,68	F	
JUL/2018				339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 1.466,97	R\$ 163,00	R\$ 1.629,96	F	
				339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 3.547,44	R\$ 394,16	R\$ 3.941,60	F	
Etapa 3 - Promover Reuniões Públicas			JUL/2018	OUT/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 1.586,43	R\$ 176,27	R\$ 1.762,70	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 16.430,30	R\$ 1.825,59	R\$ 18.255,88	F
META 3 - PRODUZIR O DIAGNÓSTICO TÉCNICO - PARTICIPATIVO							R\$ 55.866,48	R\$ 6.207,39	R\$ 62.073,87	F
Etapa 1 -	Relatório de Diagnostico	1	JUL/2018	DEZ/18	339033	PASSAGENS E	R\$ 158,64	R\$ 17,63	R\$ 176,27	F

Diagnosticar Aspectos Socioeconômicos, culturais, ambientais e de infraestrutura.	Técnico-Participativo					DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 9.060,78	R\$ 1.006,75	R\$ 10.067,54	F
Etapa 2 - Diagnosticar Política do setor de saneamento			JUL/2018	DEZ/18	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 9.220,20	R\$ 1.024,47	R\$ 10.244,66	F
Etapa 3 - Diagnosticar Infraestrutura de abastecimento de água			JUL/2018	DEZ/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 158,64	R\$ 17,63	R\$ 176,27	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 9.060,78	R\$ 1.006,75	R\$ 10.067,54	F
Etapa 4 - Diagnosticar Infraestrutura de esgotamento sanitário			JUL/2018	DEZ/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 158,64	R\$ 17,63	R\$ 176,27	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 9.060,78	R\$ 1.006,75	R\$ 10.067,54	F
Etapa 5 - Diagnosticar Infraestrutura de manejo de águas pluviais			JUL/2018	DEZ/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 158,64	R\$ 17,63	R\$ 176,27	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 9.335,36	R\$ 1.037,26	R\$ 10.372,62	F
Etapa 6 - Diagnosticar Infraestrutura de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos			JUL/2018	DEZ/18	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 158,64	R\$ 17,63	R\$ 176,27	F
					339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 9.335,36	R\$ 1.037,26	R\$ 10.372,62	F
META 4 - PROMOVER PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO						R\$ 38.917,94	R\$ 4.324,21	R\$ 43.242,15	F	
Etapa 1 - Realizar Análise SWOT	Relatório de Prospectiva e Planejamento Estratégico	1	AGO/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 5.650,80	R\$ 627,87	R\$ 6.278,67	F
Etapa 2 - Identificar Cenários, objetivos e metas			AGO/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 5.650,80	R\$ 627,87	R\$ 6.278,67	F
Etapa 3 - Projetar demandas e perspectivas técnicas			AGO/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 27.616,34	R\$ 3.068,48	R\$ 30.684,82	F
META 5 - REALIZAR PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES						R\$ 13.887,87	R\$ 1.543,10	R\$ 15.430,97	F	
Etapa 1 - Elaborar Programas, Projetos e Ações	Relatório de Programas, Projetos e Ações	1	AGO/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 13.887,87	R\$ 1.543,10	R\$ 15.430,97	F

META 6 - ELABORAR PLANO DE EXECUÇÃO							R\$ 4.277,95	R\$ 475,33	R\$ 4.753,28	F
Etapa 1 - Apresentar Plano de Execução	Plano de Execução	1	AGO/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 4.277,95	R\$ 475,33	R\$ 4.753,28	F
META 7 - DEFINIR PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PMSB							R\$ 6.864,23	R\$ 762,69	R\$ 7.626,93	F
Etapa 1 - Elaborar Procedimentos para avaliação da execução do PMSB	Procedimentos para avaliação da execução do PMSB	1	OUT/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 6.864,23	R\$ 762,69	R\$ 7.626,93	F
META 8 - PRODUIR RELATÓRIO FINAL DO PMSB							R\$ 7.023,64	R\$ 780,40	R\$ 7.804,04	F
Etapa 1 - Compilar dados	Relatório Final do PMSB	1	OUT/18	JUN/19	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 7.023,64	R\$ 780,40	R\$ 7.804,04	F
							R\$ 154.416,80	R\$ 17.157,42	R\$ 171.524,22	

V - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

1 – DEMONSTRATIVO DE RECURSOS – R\$				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA NATUREZA	CONCEDENTE	PROONENTE	TOTAL
339032	Material de distribuição gratuita	R\$ 1.388,13	R\$ 154,24	R\$ 1.542,37
339033	Passagens e despesas com locomoção	R\$ 3.966,08	R\$ 440,68	R\$ 4.406,76
339036	Outros serviços terceiros física	R\$ 145.515,15	R\$ 16.168,34	R\$ 161.683,49
339039	Outros serviços terceiros jurídico	R\$ 3.547,44	R\$ 394,16	R\$ 3.941,60
2 – VALOR DA PROPOSTA/CONTRAPARTIDA				
ESPECIFICAÇÃO		VALOR	%	OBSERVAÇÃO
SOLICITADO AO CONCEDENTE		154.416,80	90	
CONTRAPARTIDA		17.157,42	10	
CUSTO TOTAL DA PROPOSTA		171.574,22		
3 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
4 – RESUMO DA APLICAÇÃO (CONCEDENTE)				
PARCELAS DE DESEMBOLSO	VALOR	CRONOGRAMA	ASSOCIADA A META	ASSOCIADA A FASE

1	R\$ 83.445,17	JUL/18	1, 2 e 3	Todas
2	R\$ 53.814,21	NOV/18	4,5 e 6	Todas
				Todas
3	R\$ 17.157,42	JAN/19	6, 7 e 8	
TOTAL	R\$ 154.416,80			
5 – RESUMO DA APLICAÇÃO (PROPONENTE)				
PARCELAS DE DESEMBOLSO	VALOR	CRONOGRAMA	ASSOCIADA A META	ASSOCIADA A FASE
1	17.157,42	JUL/18	1	Todas
TOTAL	17.157,42			

VI – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Conveniente, declaro, para fins de prova junto à Concedente, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.

Belo Horizonte, de de 2018

MANOEL FRANKLIN RODRIGUES - PREFEITO

VII - RESERVADO AO CONCEDENTE**1 - PARECER TÉCNICO**

(ANEXADO AO PROCESSO)

O gestor do convênio está ciente e aprova o Plano de Trabalho.

De acordo: _____ Masp: Data: ____/____/____

2 - PARECER JURÍDICO

--	--	--

O Plano de Trabalho apresentado pelo Conveniente está de acordo com o parágrafo 1º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993.

/ /

Data: / /